

(Provisório)

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – O Estado e o Poder de Tributar

1. <i>O Estado e sua atividade financeira</i>	33
2. <i>O poder de tributar</i>	37
3. <i>Poder e competência</i>	38
4. <i>Atribuição de competência e distribuição de receita</i>	39
5. <i>Os princípios jurídicos da tributação</i>	41
5.1 <i>Legalidade</i>	42
5.2 <i>Anterioridade</i>	45
5.3 <i>Igualdade</i>	48
5.4 <i>Competência</i>	49
5.5 <i>Capacidade contributiva</i>	50
5.6 <i>Vedação do confisco</i>	53
5.7 <i>Liberdade de tráfego</i>	55
5.8 <i>Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal</i>	56
6. <i>Tributação e solidariedade social</i>	57
6.1 <i>Solidariedade social como princípio constitucional</i>	57
6.2 <i>Solidariedade e legalidade</i>	58
6.3 <i>Solidariedade e capacidade contributiva</i>	59
6.4 <i>Relativização dos princípios</i>	59
6.5 <i>Solidariedade e gasto público</i>	60

CAPÍTULO II – O Direito Tributário

1. <i>Conceito, denominações e finalidade</i>	61
2. <i>Natureza, posição e autonomia</i>	64
3. <i>Direito tributário, direito financeiro e ciência das finanças</i>	66
4. <i>Tributo: conceito e espécies</i>	68
5. <i>Classificação dos tributos</i>	80
6. <i>Função dos tributos</i>	81

7. Tributo oculto ou disfarçado	82
7.1 <i>Na Teoria Geral do Direito</i>	82
7.2 <i>No Direito brasileiro</i>	82
7.3 <i>Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito brasileiro</i>	
7.3.1 <i>Valor da outorga</i>	83
7.3.2 <i>Sobrepreço nos monopólios estatais</i>	83
7.3.3 <i>Contraprestação de serviços de uso compulsório</i> ..	84
7.4 <i>Inconstitucionalidade</i>	84
7.4.1 <i>Sistema tributário e direitos fundamentais</i>	84
7.4.2 <i>Contrariedade ao sistema</i>	85
8. Regime especial em matéria tributária	85
8.1 <i>Conceito e espécies</i>	85
8.2 <i>Regimes especiais e isonomia</i>	86
8.3 <i>Regimes especiais no plano constitucional</i>	86
8.4 <i>Regime especial de fiscalização e sanção política</i>	87

SEGUNDA PARTE – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – Legislação Tributária

1. Lei e legislação	91
2. Lei ordinária e lei complementar	92
3. Princípio da legalidade	93
4. Medidas provisórias	96
5. Tratados e convenções internacionais	98
6. Decretos e regulamentos	100
7. Normas complementares	102

CAPÍTULO II – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação	105
2. Vigência da legislação tributária no espaço	106
3. Vigência da legislação tributária no tempo	107
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade	108
5. Aplicação imediata	111
6. Aplicação retroativa	113

CAPÍTULO III – Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração	117
2. Métodos de interpretação	119

3. <i>Meios de integração</i>	121
4. <i>Posições apriorísticas e o interesse público</i>	124
5. <i>Institutos, conceitos e formas de direito privado</i>	125
6. <i>Interpretação econômica</i>	127
7. <i>Interpretação literal</i>	128
8. <i>Interpretação benigna</i>	130
9. <i>Fontes da interpretação</i>	131
10. <i>Interpretação e aplicação</i>	132
11. <i>Os princípios jurídicos e a interpretação</i>	133

CAPÍTULO IV – Obrigação Tributária

1. <i>Conceito e espécies</i>	137
2. <i>Natureza jurídica</i>	140
3. <i>Fato gerador</i>	141
3.1 <i>Fato gerador da obrigação principal</i>	142
3.2 <i>Fato gerador da obrigação acessória</i>	143
3.3 <i>Fato gerador e hipótese de incidência</i>	143
3.4 <i>Quando se considera consumado o fato gerador</i>	145
3.5 <i>Norma geral antielisão</i>	146
3.6 <i>Negócios jurídicos condicionais</i>	149
3.7 <i>Insubsistência do fato tributável</i>	149
4. <i>Aspectos ou elementos do fato gerador</i>	150
4.1 <i>Aspecto material ou nuclear</i>	150
4.2 <i>Base de cálculo</i>	151
4.3 <i>Alíquota</i>	152
4.3.1 <i>Conceito e importância</i>	152
4.3.2 <i>Alíquotas específica e percentual</i>	152
4.3.3 <i>Alíquotas fixas e variáveis</i>	153
4.3.4 <i>Alíquotas progressivas e regressivas</i>	153
4.3.5 <i>Alíquota zero</i>	153
4.4 <i>Diferimento de incidência</i>	154
5. <i>Sujeito ativo</i>	154
6. <i>Sujeito passivo</i>	158
6.1 <i>Convenções particulares</i>	161
6.2 <i>Solidariedade</i>	162
6.2.1 <i>Benefício de ordem</i>	163
6.2.2 <i>Efeitos da solidariedade</i>	164
6.3 <i>Capacidade tributária</i>	164
6.4 <i>Domicílio tributário</i>	166
7. <i>Responsabilidade tributária</i>	167
7.1 <i>Responsabilidade dos sucessores</i>	169

7.2	<i>Fusão, transformação ou incorporação</i>	172
7.3	<i>Continuação da atividade</i>	173
7.4	<i>Responsabilidade de terceiros</i>	175
7.5	<i>Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea</i>	179
7.6	<i>Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei</i>	187

CAPÍTULO V – Crédito Tributário

1. Conceito	189
2. Constituição do crédito tributário	191
2.1 <i>Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável</i>	191
2.2 <i>Critérios jurídicos no lançamento</i>	194
2.3 <i>Modalidades de lançamento</i>	195
2.3.1 <i>Lançamento de ofício</i>	195
2.3.2 <i>Lançamento por declaração</i>	196
2.3.3 <i>Lançamento por homologação</i>	197
2.3.4 <i>A jurisprudência do STJ quanto ao lançamento por homologação</i>	199
2.4 <i>Revisão do lançamento</i>	200
2.5 <i>Depósito judicial e lançamento</i>	201
3. Suspensão do crédito tributário	202
3.1 <i>Moratória</i>	203
3.2 <i>Depósito</i>	206
3.2.1 <i>Ato voluntário e seus efeitos</i>	206
3.2.2 <i>Suspensão da exigibilidade do crédito tributário</i> ..	207
3.2.3 <i>Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente</i>	207
3.2.4 <i>Montante integral</i>	208
3.2.5 <i>Depósito e consignação em pagamento</i>	208
3.2.6 <i>Procedimento</i>	209
3.2.7 <i>Decadência e prescrição</i>	209
3.2.8 <i>Levantamento ou conversão em renda</i>	210
3.2.9 <i>Depósito e execução fiscal</i>	211
3.2.10 <i>Onde é feito o depósito</i>	211
3.2.11 <i>Depósito como pagamento provisório</i>	212
3.3 <i>Reclamações e recursos</i>	214
3.4 <i>Medida liminar em mandado de segurança</i>	215
3.5 <i>Medida liminar e antecipação da tutela</i>	216
4. Extinção do crédito tributário	217
4.1 <i>Pagamento</i>	218

4.2	<i>Pagamento indevido. Restituição</i>	222
4.2.1	<i>Extinção do direito à restituição</i>	226
4.2.2	<i>Anulamento de decisão denegatória de restituição</i>	228
4.3	<i>Compensação</i>	230
4.4	<i>Transação</i>	235
4.5	<i>Remissão</i>	236
4.6	<i>Decadência</i>	237
4.7	<i>Prescrição</i>	240
4.8	<i>Conversão de depósito em renda</i>	242
4.9	<i>Pagamento antecipado e homologação do lançamento</i>	243
4.10	<i>Consignação em pagamento</i>	243
4.11	<i>Decisão administrativa</i>	244
4.12	<i>Decisão judicial</i>	244
4.13	<i>Dação em pagamento</i>	245
5.	<i>Exclusão do crédito tributário</i>	245
5.1	<i>Distinções entre isenção, não incidência e imunidade</i>	246
5.2	<i>Isenção</i>	248
5.3	<i>Classificação das isenções</i>	251
5.4	<i>Alíquota zero</i>	252
5.5	<i>Diferimento de incidência</i>	253
5.6	<i>Anistia</i>	253
6.	<i>Garantias e privilégios do crédito tributário</i>	255
6.1	<i>Presunção de fraude</i>	257
6.2	<i>Concurso de preferências</i>	261
6.3	<i>Créditos extraconcursais</i>	261
6.4	<i>Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas</i>	263
6.5	<i>Exigência de quitações</i>	263
6.6	<i>Indisponibilidade de bens e direitos</i>	264

CAPÍTULO VI – Administração Tributária

1.	<i>Fiscalização</i>	267
1.1	<i>Sigilo comercial</i>	268
1.2	<i>Dever de informar e sigilo profissional</i>	272
1.3	<i>Sigilo fiscal</i>	273
1.4	<i>Auxílio da força pública</i>	274
1.5	<i>Excesso de exação</i>	276
1.6	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	276
2.	<i>Dívida Ativa</i>	277
3.	<i>Certidões negativas</i>	279
3.1	<i>Certidão negativa e perecimento de direito</i>	280
3.2	<i>Certidão negativa e tributo não vencido</i>	283

3.3	<i>Certidão negativa e consignação em pagamento</i>	284
3.4	<i>Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica</i>	284
3.5	<i>Certidões negativas e precatório</i>	285
3.6	<i>Precatórios e compensação</i>	286

TERCEIRA PARTE – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO I – Competência Tributária

1.	<i>Sistema tributário</i>	291
2.	<i>Atribuição de competência tributária</i>	292
3.	<i>Limitações da competência tributária</i>	294
3.1	<i>O âmbito constitucional</i>	295
3.2	<i>Legalidade</i>	296
3.3	<i>Isonomia</i>	297
3.4	<i>Irretroatividade</i>	300
3.5	<i>Anterioridade</i>	301
3.6	<i>Proibição de confisco</i>	302
3.7	<i>Liberdade de tráfego</i>	303
3.8	<i>Imunidades</i>	304
3.9	<i>Imunidade recíproca</i>	305
3.10	<i>Imunidade dos templos</i>	309
3.11	<i>Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos</i>	310
3.12	<i>Imunidade do livro, jornal e periódico</i>	312
3.13	<i>Imunidades dos fonogramas e videofonogramas</i>	314
3.14	<i>Outras limitações</i>	314
4.	<i>Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios</i>	315
5.	<i>Competência residual</i>	317
5.1	<i>Conceito e limites</i>	317
5.2	<i>Competência residual e adicionais</i>	318
5.3	<i>Competência residual e peculiaridades locais</i>	318
6.	<i>Competência e tributos vinculados</i>	318

CAPÍTULO II – Impostos

1.	<i>Conceito de imposto</i>	321
2.	<i>Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro</i>	323
2.1	<i>Os critérios de classificação</i>	323
2.2	<i>Competência</i>	323
2.3	<i>Forma de quantificação</i>	323
2.4	<i>Imposto proporcional</i>	323

2.5	<i>Imposto progressivo</i>	324
2.5.1	<i>Formas de progressividade</i>	325

CAPÍTULO III – Impostos Federais

1.	<i>Imposto de importação</i>	327
1.1	<i>Competência</i>	327
1.2	<i>Função</i>	328
1.3	<i>Fato gerador</i>	328
1.4	<i>Alíquotas</i>	330
1.5	<i>Base de cálculo</i>	331
1.6	<i>Contribuinte</i>	332
1.7	<i>Lançamento</i>	333
1.8	<i>Considerações especiais</i>	333
2.	<i>Imposto de exportação</i>	333
2.1	<i>Competência</i>	333
2.2	<i>Função</i>	334
2.3	<i>Fato gerador</i>	334
2.4	<i>Alíquotas</i>	335
2.5	<i>Base de cálculo</i>	336
2.6	<i>Contribuinte</i>	337
2.7	<i>Lançamento</i>	337
2.8	<i>Considerações especiais</i>	337
3.	<i>Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza</i>	338
3.1	<i>Competência</i>	338
3.2	<i>Função</i>	338
3.3	<i>Fato gerador</i>	339
3.4	<i>Alíquotas</i>	344
3.5	<i>Base de cálculo</i>	346
3.5.1	<i>Lucro real</i>	346
3.5.2	<i>Lucro presumido</i>	347
3.5.3	<i>Lucro arbitrado</i>	348
3.5.4	<i>Rendimento</i>	350
3.6	<i>Contribuinte</i>	351
3.7	<i>Lançamento</i>	352
3.8	<i>Considerações especiais</i>	353
4.	<i>Imposto sobre produtos industrializados</i>	354
4.1	<i>Competência</i>	354
4.2	<i>Função</i>	354
4.3	<i>Fato gerador</i>	355
4.4	<i>Alíquotas</i>	356

4.5	<i>Base de cálculo</i>	357
4.6	<i>Não cumulatividade</i>	358
4.7	<i>Contribuinte</i>	361
4.8	<i>Lançamento</i>	361
5.	<i>Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários</i>	362
5.1	<i>Competência</i>	362
5.2	<i>Função</i>	363
5.3	<i>Fato gerador</i>	363
5.4	<i>Alíquotas</i>	366
5.5	<i>Base de cálculo</i>	367
5.6	<i>Contribuinte</i>	367
5.7	<i>Lançamento</i>	367
6.	<i>Imposto sobre a propriedade territorial rural</i>	368
6.1	<i>Competência</i>	368
6.2	<i>Função</i>	368
6.3	<i>Fato gerador</i>	369
6.4	<i>Alíquota</i>	371
6.5	<i>Base de cálculo</i>	372
6.6	<i>Contribuinte</i>	372
6.7	<i>Lançamento</i>	373
6.8	<i>Considerações especiais</i>	373
7.	<i>Imposto sobre grandes fortunas</i>	374
8.	<i>Impostos extraordinários</i>	376
8.1	<i>Competência</i>	376
8.2	<i>Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas</i>	376
8.3	<i>Contribuinte</i>	377
8.4	<i>Lançamento</i>	378
8.5	<i>Supressão gradual</i>	378
9.	<i>Impostos da competência residual</i>	382
9.1	<i>Praxe antiga</i>	382
9.2	<i>Limitações da competência residual</i>	382
9.3	<i>A nova válvula de escape: as contribuições</i>	383
 CAPÍTULO IV – Impostos Estaduais		
1.	<i>Imposto sobre heranças e doações</i>	385
1.1	<i>Competência</i>	385
1.2	<i>Função</i>	386
1.3	<i>Âmbito constitucional e fato gerador</i>	387
1.4	<i>Alíquotas</i>	389

1.5	<i>Base de cálculo</i>	390
1.6	<i>Contribuinte</i>	390
1.7	<i>Lançamento</i>	391
1.8	<i>Implicações no processo de inventário</i>	391
2.	<i>Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços</i>	392
2.1	<i>Competência</i>	392
2.2	<i>Função</i>	393
2.3	<i>Fato gerador</i>	394
2.3.1	<i>Fato gerador e âmbito do tributo</i>	394
2.3.2	<i>Operações relativas à circulação</i>	397
2.3.3	<i>Mercadorias</i>	399
2.3.4	<i>Prestações de serviços</i>	401
2.3.5	<i>Bens destinados a consumo ou ativo fixo</i>	402
2.3.6	<i>Bens importados mediante “leasing”</i>	403
2.4	<i>Alíquotas</i>	404
2.5	<i>Base de cálculo</i>	407
2.6	<i>Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços</i>	408
2.7	<i>Não cumulatividade</i>	409
2.8	<i>Contribuinte</i>	410
2.9	<i>Substituição tributária</i>	411
2.10	<i>Lançamento</i>	412
2.11	<i>Convênios interestaduais</i>	412
2.12	<i>A lei complementar</i>	413
2.13	<i>As imunidades</i>	413
2.13.1	<i>Os semielaborados</i>	414
2.13.2	<i>Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica</i>	414
2.13.3	<i>Ouro como ativo financeiro</i>	415
3.	<i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i>	416
3.1	<i>Competência</i>	416
3.2	<i>Função</i>	416
3.3	<i>Fato gerador</i>	416
3.4	<i>Alíquota e base de cálculo</i>	417
3.5	<i>Contribuinte</i>	419
3.6	<i>Lançamento</i>	419

CAPÍTULO V – Impostos Municipais

1.	<i>Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana</i>	420
1.1	<i>Competência</i>	421

1.2	<i>Função</i>	422
1.3	<i>Fato gerador</i>	423
1.4	<i>Alíquotas</i>	424
1.5	<i>Base de cálculo</i>	427
1.6	<i>Contribuinte</i>	427
1.7	<i>Lançamento</i>	428
2.	<i>Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a eles relativos</i>	428
2.1	<i>Competência</i>	428
2.2	<i>Função</i>	429
2.3	<i>Fato gerador</i>	429
2.4	<i>Alíquotas</i>	431
2.5	<i>Base de cálculo</i>	432
2.6	<i>Contribuinte</i>	432
2.7	<i>Lançamento</i>	433
2.8	<i>Considerações especiais</i>	433
3.	<i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	434
3.1	<i>Competência</i>	434
3.2	<i>Função</i>	435
3.3	<i>Fato gerador</i>	435
3.4	<i>Alíquotas</i>	440
3.5	<i>Base de cálculo</i>	440
3.6	<i>Contribuinte</i>	442
3.7	<i>Lançamento</i>	445

CAPÍTULO VI – Contribuições Sociais

1.	<i>Conceito e natureza jurídica</i>	447
2.	<i>Função</i>	448
3.	<i>Espécies</i>	449
3.1	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i>	449
3.2	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i>	451
3.3	<i>Contribuições de seguridade social</i>	452
3.4	<i>Contribuições sociais gerais</i>	455
4.	<i>Competência</i>	455
5.	<i>Contribuintes</i>	456
6.	<i>Alíquotas e bases de cálculo</i>	457
7.	<i>Lançamento</i>	459
8.	<i>Considerações especiais</i>	460
9.	<i>Contribuição de iluminação pública</i>	461

CAPÍTULO VII – Taxas

1. Conceito de taxa	463
2. Fato gerador	464
2.1 <i>Poder de polícia</i>	464
2.2 <i>Serviço público</i>	466
3. Base de cálculo	468
4. Competência para instituir e cobrar taxas	469
5. Distinção entre taxa e preço público	470

CAPÍTULO VIII – Contribuição de Melhoria

1. Conceito	474
2. Função	476
3. Fato gerador	476
4. Cálculo e limites individual e total	
4.1 <i>O cálculo</i>	478
4.2 <i>Os limites individual e total</i>	479
5. Requisitos para cobrança	479
6. Lançamento	479
7. Distinção entre contribuição de melhoria e taxa	480
8. Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública	481
9. Razões para a não instituição	481

QUARTA PARTE – ESTUDOS COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – Noções do Processo Administrativo Tributário

1. Introdução	485
2. Conceito, natureza e espécies	485
3. Determinação e exigência do crédito tributário	486
3.1 <i>Considerações gerais</i>	486
3.2 <i>O procedimento e suas fases</i>	487
3.3 <i>A fase não contenciosa</i>	487
3.4 <i>A fase contenciosa</i>	488
3.5 <i>O arrolamento de bens</i>	493
4. A consulta	494
5. Outros processos administrativos tributários	495
6. Contagem dos prazos	496
7. Recurso hierárquico	497

Capítulo II – Processo Judicial Tributário

1. Introdução	501
----------------------------	-----

2. Garantias constitucionais	502
2.1 Inafastabilidade do controle judicial	502
2.2 Contraditório e ampla defesa	503
2.3 Direito à jurisdição	504
3. Espécies de processo	505
3.1 Processo de conhecimento	505
3.2 Processo de execução	506
3.3 Processo cautelar	506
4. Ações de iniciativa do Fisco	506
4.1 Execução fiscal	506
4.2 Cautelar fiscal	511
4.3 Ação rescisória	511
4.4 Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte	512
5. Ações de iniciativa do contribuinte	513
5.1 Ação anulatória de lançamento tributário	513
5.2 Ação declaratória	513
5.3 Ação de consignação em pagamento	514
5.4 Ação de repetição do indébito	514
5.5 Mandado de segurança	516
5.6 Ação rescisória	518
5.7 Reclamação ao STF	518
6. Ações de controle de constitucionalidade	519
6.1 O controle de constitucionalidade pelo Judiciário	519
6.2 Ação direta de inconstitucionalidade	521
6.3 Ação declaratória de constitucionalidade	522
6.4 Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade ...	523
7. Ações da coletividade	523
7.1 Ação popular	523
7.2 Ação civil pública	524

CAPÍTULO III – Ilícito Tributário

1. Ilícito e sanção	527
2. Ilícito administrativo tributário	528
3. Ilícito penal tributário	529
3.1 Precedentes	529
3.2 Crimes contra a ordem tributária	530
3.2.1 Os tipos e as penas	530
3.2.2 Interpretação benigna	531

3.3	<i>Apropriação indébita</i>	531
3.3.1	<i>Precedentes</i>	531
3.3.2	<i>Não recolhimento de tributo</i>	533
3.3.3	<i>Tipo novo e prisão por dívida</i>	534
3.3.4	<i>Contribuição previdenciária e sistema de informações</i>	536
3.3.5	<i>Inexigibilidade de outra conduta</i>	537
4.	<i>Sanção administrativa e sanção penal</i>	537
5.	<i>A questão da responsabilidade penal</i>	538
6.	<i>Sanções pessoais e patrimoniais</i>	539
7.	<i>Solução adequada</i>	540
8.	<i>Sanções políticas</i>	540
9.	<i>Extinção da punibilidade pelo pagamento</i>	542
9.1	<i>No âmbito penal</i>	542
9.2	<i>No âmbito administrativo</i>	543
10.	<i>Exclusão da punibilidade</i>	544
11.	<i>Prévio exaurimento da via administrativa</i>	546
12.	<i>Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade</i>	546
12.1	<i>Elemento essencial do tipo</i>	546
12.2	<i>Fatos relativos a entidade imune</i>	547
13.	<i>Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei tributária</i> ...	547
	<i>Bibliografia</i>	549
	<i>Índice alfabético</i>	571